

Ata da 6ª (sexta) reunião extraordinária de 2022, da 2ª sessão legislativa da legislatura 2021/2024, realizada às 19 horas do dia 10 de maio de 2022 sob a presidência do vereador Osmar Gomes Fidelis que solicitou à senhora secretária que procedesse com a chamada inicial dos vereadores, a qual estava ausente o vereador Alcides Robson da Rocha. Como houve número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida os vereadores procederam com a oração do pai nosso para o bom andamento da sessão. Em continuidade aos trabalhos, o presidente solicitou à secretária que procedesse com a leitura dos projetos de lei a darem entrada na casa assim sendo; Veto ao projeto de lei número 15/2022 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de envio de editais para a Câmara Municipal e dá outras providências; Projeto de lei número 25/2022 que Institui o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, no âmbito do município de Guanhães e dá outras providências; Projeto de Decreto Legislativo número 01/2022 que Dispõe sobre a sustação dos efeitos da Resolução De Fiscalização e Regulação - ARISB-MG N° 182, de 1° de fevereiro de 2022 e do Convênio de Cooperação n° 026/2017, delegando à ARISB-MG o exercício das competências municipais de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico no Município Guanhães e dá outras providências. Após a leitura das proposições que adentraram na casa, o presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação do Decreto Legislativo 01/2022 nesta sessão extraordinária, visto que foram apresentados os pareceres das comissões de Orçamento e Finanças, Obras e Serviços Públicos e Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Após a consulta, o Plenário manifestou favoravelmente de forma unânime. Após, os pareceres do Decreto foram colocados em discussão. O senhor presidente criticou o fato de o Presidente do SAAE ter agido com o objetivo de jogar os vereadores contra os servidores do SAAE. Negou as afirmações da ARISB, que disse que esta casa foi avisada dos reajustes tarifários. Disse não ter havido qualquer irresponsabilidade por parte desta casa e que os valores pagos a maior pelos usuários devem ser abatidos das próximas contas de água e esgoto. Com a palavra, o vereador André cumprimentou a todos e disse que foi realizada audiência pública para se discutir o aumento tarifário e foram tentadas soluções por parte desta casa, mas tudo restou infrutífero, fato que justifica a edição do decreto legislativo, o qual se disse favorável à aprovação. Com a palavra, o vereador Nilson citou os altos valores pagos pelos usuários dos serviços e que tal aumento não se justifica por vazamentos e se disse favorável à aprovação. Com a palavra, o vereador Claudiney cumprimentou a todos e disse que não encontrou quaisquer relatos de benefícios com o novo regime tarifário, tendo ouvido somente reclamações da população. Disse que não houve qualquer deliberação para o

Paul 9

reajuste tarifário, fato que contraria a constituição, segundo o mesmo. Mostrou indignação com o fato de a presidência da autarquia ter colocado os servidores do SAAE contra os vereadores da casa. Se disse favorável à aprovação do decreto e disse que esta casa está aberta ao diálogo. Em uso da palavra, o vereador Alessandro Matias disse que mais uma vez esta casa é bombardeada com inverdades. Que a cidade está abandonada. Que o Poder Executivo está contra o povo, sendo que a Prefeita somente vem até esta casa para satisfazer os seus interesses. Que a Prefeitura fecha as portas para esta casa. Que o novo código tarifário é um absurdo e que muitas tentativas desta casa de se discutir, restaram infrutíferas, uma vez que não há diálogo por parte do Executivo. Disse que enviará ofício para a Prefeita para demonstrar sua indignação e que esta casa trabalha para defender os direitos do cidadãos. Que se a Prefeita denegrir a imagem desta casa estará denegrindo a imagem do povo, ressaltando que os aumentos tarifários não foram trazidos até a esta casa de antemão para que fosse discutido. Cumprimentou os funcionários do SAAE que estavam presentes, dizendo que esta casa está trabalhando em prol dos direitos do povo. Com a palavra, a vereadora Bárbara procedeu com a leitura de discurso, dizendo que o novo sistema tarifário é abusivo e que o cidadão guanhanense está sofrendo, sendo que os mesmos não foram informados de antemão a respeito dos mesmos através de campanhas publicitárias. Com a palavra, o vereador Rodrigo disse esclareceu que um decreto legislativo é um ato da casa contra um ato do poder Executivo que os vereadores julgam ilegal. Que o ato visa atacar o convênio firmado com a agência reguladora ARISB. Que o decreto tem validade de cinco anos. Que o referido convênio está sendo combatido e os efeitos do Decreto está tendo os seus efeitos modulados a partir do dia 01/02/2022. Que todos os atos jurídicos financeiros no período compreendido entre outubro de 2017 e janeiro de 2022 serão mantidos. Que o presidente do SAAE está jogando os servidores contra a Câmara Municipal. Lembrou que os servidores do SAAE tiveram reajuste do Plano de Cargos e Salários, fato que demonstra que esta casa trabalha em prol do servidor. Que acha que o SAAE é um patrimônio de Guanhães, sendo esta uma empresa de excelência e que respeita os servidores. Que o momento é importante para maior discussão a respeito do regime tarifário e que todos são atingidos pelos reajuste tarifário. Disse que solicitou à ARISB cópia integral do processo que culminou com o reajuste tarifário, mas que não fora respondido adequadamente por aquela agência e disse também que o projeto de decreto legislativo representa uma resposta dessa casa à população. Com a palavra, o vereador Lucimar cumprimentou a todos e disse que a atual situação deixou as coisas complicadas. Que foi grande os reajustes nas contas de água e esgoto. Questionou o a contradição entre o fato de terem afirmado que esta casa foi

informada dos reajustes e terem dito ao mesmo tempo que tal reajuste não é de competência desta casa. Disse que não há nada ilegal no projeto de decreto legislativo e que o mesmo foi feito com muita responsabilidade e se disse favorável à aprovação do decreto e que não é contra os servidores. Disse que e favorável a correções de tarifas, desde que estas sejam feitas de forma justa. Com a palavra, a vereadora Adileila se disse favorável à aprovação do projeto de decreto legislativo, uma vez que este visa coibir ilegalidades. Com a palavra, a vereadora Maria Anídia se disse favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, esclarecendo que esta casa sempre trabalha em prol do bem da população. Com a palavra, o vereador Mauro cumprimentou a todos e negou ter recebido qualquer telefonema do senhor Presidente do SAAE. Disse que esta casa deu 10 dias úteis à autarquia para discussão do reajuste tarifário. Que a autarquia havia informado que somente 5% dos consumidores seriam atingidos, mas que na prática um percentual muito maior foi atingido. Que a Prefeita tem responsabilidade, em caso de eventuais problemas com o pagamento dos servidores, uma vez que é a mesma quem nomeia o presidente da autarquia. Se disse indignado pela falta de diálogo por parte da autarquia e executivo. Com a palavra, o vereador Nelci cumprimentou a todos e disse que o atual momento é delicado. Que a água é um bem essencial. Que na audiência pública realizada para discutir o reajuste, as discussões foram infrutíferas. Se disse favorável à aprovação do decreto e que esta casa trabalha para defender o povo. Que a casa não fora informada do reajuste tarifário de antemão, e que esta casa agiu assim que as novas tarifas já estavam vigentes. O presidente disse que é a primeira vez que um projeto legislativo deste tipo tramita na casa. Que a cobrança de tarifas deve ser justa e esta casa está aberta para esclarecimentos. O decreto legislativo foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade por todos os vereadores presentes. Em seguida, o presidente solicitou à secretária que procedesse com a leitura do expediente; Moção de número 61 de autoria do vereador Nelci Pereira Chaves. A moção foi colocada em discussão e posterior votação sendo aprovada por unanimidade por todos os vereadores presentes. Encerrados os trabalhos em pauta, o presidente solicitou à secretária que procedesse com a chamada final dos vereadores, a qual estava ausente o vereador Alcides Robson da Rocha. Nada mais havendo a tratar, eu secretário lavrei a presente ata que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das sessões, em 10 de maio de 2022.

M. Paula

